

Mateus 5:17-20

¹⁷*Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas; não vim para revogar, vim para cumprir.* ¹⁸*Porque em verdade vos digo: Até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da lei, até que tudo se cumpra.* ¹⁹*Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar, esse será considerado grande no reino dos céus.* ²⁰*Porque vos digo que, se a vossa justiça não exceder em muito a dos escribas e fariseus, jamais entrareis no reino dos céus.*

“Esses versos são os mais difíceis do evangelho. Quando colocados no início da parte principal do Sermão do monte, antes das “antíteses”, Mateus faz manifesto que são muito importantes para ele. Aqui é discutida suas relações com a lei mosaica e com o judaísmo. A mesma questão surge com as antíteses...” Ulrich Luz (traduzida da versão em espanhol do Comentário de Mateus, pg. 323).

“A prova de nossa obediência aos ensinamentos de Cristo é a conscientização de nosso fracasso em alcançar um ideal perfeito. O grau em que nos aproximamos dessa perfeição não pode ser visto; tudo o que podemos ver é a extensão do nosso afastamento” Leon Tolstoi.

“Jesus tornou a lei impossível para qualquer um guardar e depois nos desafia a guardá-la” Philip Yancey.

Até então, Jesus falara sobre o caráter do cristão e sobre a influência que este teria no mundo, caso manifestasse tal caráter, produzindo, assim, o fruto de "boas obras". As "boas obras" são obras da obediência. Ele começou o seu Sermão com as bem-aventuranças na terceira pessoa ("Bem-aventurados os humildes de espírito"); continuou na segunda pessoa ("Vós sois o sal da terra"); e, agora, muda para a primeira pessoa, usando, pela primeira vez, sua fórmula característica e dogmática: *Porque . . . (eu) vos digo* (vs. 18 e 20).

1. Cristo e a lei (vs. 17,18)

Ele começa dizendo-lhes que não imaginem, nem por um momento, que ele veio para *revogar a lei ou os profetas*, isto é, todo o Velho Testamento ou qualquer parte dele (*ensinamentos doutrinários, profecias, preceitos éticos*, ou a lei moral de Deus) O modo como Jesus enunciou esta declaração negativa dá a entender que alguns já pensavam exatamente isso que ele agora estava contradizendo. O verbo traduzido por "cumprir" (*plērōsai*) significa literalmente "encher" e indica que "suas palavras (*sc.* de Cristo) não eram uma revogação daquelas primeiras, mas uma exposição e o cumprimento delas".

De acordo com este versículo (v. 17), a atitude de Jesus para com o Velho Testamento não foi de destruição e descontinuidade mas, antes, de continuidade construtiva, orgânica. Ele resumiu sua posição numa simples palavra: não "abolição", mas "cumprimento". O apóstolo Paulo ensinou esta mesma verdade com muita clareza (At. 26:22, 23). Sua declaração de que Cristo é "o fim da lei" (Rm10:4), não significa que agora estamos livres para desobedecê-la, mas justamente o oposto. Significa, antes, que a aceitação de Deus não é através da obediência à lei, mas através da fé em Cristo, e a própria lei dá testemunho destas boas novas (Rm3:21).

Após declarar que o seu propósito em vir era o cumprimento da lei, Jesus prossegue, apresentando a causa e a consequência disto. A causa é a permanência da lei até que seja cumprida (v. 18); e a consequência é a obediência à lei, que os cidadãos do reino de Deus devem prestar (vs. 19, 20).

Lei X Ensino x Prática: *“O ensino é o fundamento da prática de Jesus e da justiça superior dos discípulos... A prática tem uma primazia sobre a doutrina (ver Mt 7:15-23)”* (Ulrich Luz, traduzida da versão em espanhol do Comentário de Mateus, pg. 330).

2. O cristão e a lei (vs. 19,20)

Agora Jesus vai ainda mais além. A grandeza no reino não é apenas avaliada pela justiça que se conforma à lei, mas a entrada no reino torna-se impossível se não houver um comportamento que exceda em muito (a expressão grega é mesmo bastante enfática) ao dos escribas e fariseus, pois o reino de Deus é um reino de justiça. Mas não eram os escribas e fariseus famosos por sua justiça? Não era a obediência à lei de Deus a grande paixão de suas vidas? Não tinham calculado que a lei contém 248 mandamentos e 365 proibições, e não desejavam obedecer a todos? Como pode, então, a justiça cristã verdadeiramente *exceder* a justiça farisaica, e como pode essa justiça cristã superior tornar-se condição para a entrada no reino de Deus?

A justiça do cristão ultrapassa de longe a justiça dos fariseus, em espécie mais do que em grau. Desde Freud, fala-se muito em "psicologia profunda"; a preocupação de Jesus era pela "moralidade profunda". "Na mente lhas imprimirei as minhas leis, também no coração lhas inscreverei", Deus prometeu através de Jeremias (31:33). Como ele o faria? Ele disse a Ezequiel: "Porei dentro em vós o meu Espírito, e farei que andeis nos meus estatutos, guardeis os meus juízos e os observeis" (36:27). Assim coincidem as duas promessas de Deus: de colocar a sua lei dentro de nós e de pôr em nós o seu Espírito. Não devemos imaginar que, quando temos o Espírito, podemos dispensar a lei, pois o que o Espírito faz em nossos corações é exatamente escrever neles a lei de Deus. Portanto, "Espírito", "lei", "justiça" e "coração" todos se relacionam. Portanto é esta obediência profunda, que é a justiça do coração e que só é possível naqueles em quem o Espírito Santo operou a regeneração e nos quais agora habita. É por isso que a entrada no reino de Deus é impossível sem uma justiça maior (isto é, mais profunda) do que a dos fariseus. É porque tal justiça é evidência do novo nascimento, e ninguém entra no reino sem ter nascido de novo.

O restante de Mateus 5 contém exemplos desta justiça maior, ou, antes, mais profunda. Consiste de seis parágrafos paralelos, que ilustram o princípio que Jesus acabou de propor nos versículos 17 a 20, sobre a perpetuidade da lei moral, da sua vinda para cumpri-la e da responsabilidade dos discípulos em obedecê-la mais completamente do que os escribas e fariseus. E cada parágrafo contém um contraste ou uma "antítese", introduzida pela mesma fórmula (com variações menores): *Ouvistes que foi dito aos antigos... Eu, porém, vos digo...* (21, 22).

Muitos comentaristas têm defendido que, nestes parágrafos, Jesus está se colocando contra Moisés; que está, aqui, deliberadamente inaugurando uma nova moralidade, e contradizendo e repudiando a antiga; e que sua fórmula introdutória poderia ser assim parafraseada: "Vocês sabem o que ensinava o Velho Testamento... Mas eu ensino uma coisa totalmente diferente." Por mais popular que esta interpretação possa ser, não hesito em dizer que está errada. E mais do que errada; é insustentável. O que Jesus contradisse não foi a lei propriamente dita, mas certas perversões da lei, das quais os escribas e fariseus eram culpados. Longe de contradizer a lei, Jesus a endossa, insiste sobre a sua autoridade e fornece a sua verdadeira interpretação.

O que, então, os escribas e fariseus estavam fazendo? De um modo geral, estavam tentando diminuir o desafio da lei, ou "relaxar" (v. 19) os mandamentos de Deus, tornando suas exigências morais mais manejáveis e menos rigorosas. Achavam que o Tora era um jugo e um fardo (na verdade, eles o chamavam assim), e desejavam tornar o jugo mais leve e o fardo menos pesado. O que os escribas e fariseus estavam fazendo, a fim de tornar a obediência mais fácil de praticar, era restringir os mandamentos e esticar as permissões da lei. Tornavam as exigências da lei menos exigentes e as permissões da lei mais permissivas. O que Jesus fez foi inverter as duas tendências. O que Jesus fez foi explicar o verdadeiro significado da lei moral, com todas as suas implicações inquietantes. Ele ampliou os mandamentos que eles estavam restringindo e restringiu as permissões que eles estavam alargando.

Jesus discordou da *interpretação* farisaica da lei; ele jamais discordou de aceitarem a *autoridade* dela. Antes, o contrário. Com os termos mais fortes possíveis, Jesus afirmou a autoridade da lei por ser a Palavra de Deus escrita, e convocou os seus discípulos a aceitarem a sua verdadeira e profunda interpretação.

“Existe apenas um meio para qualquer um de nós resolver a tensão entre os elevados ideais do evangelho e a triste realidade de nós mesmos: aceitar aquilo que nunca conseguiremos medir, mas não precisamos medir. Somos julgados pela justiça de Cristo que vive em nós, não a nossa justiça...”

Ideais absolutos e graça absoluta: Jesus nunca rebaixou o ideal de Deus... Mas esse mesmo Jesus ofereceu ternamente a graça absoluta... A graça é absoluta, inflexível abrangente...

Durante anos pensei que o sermão do monte fosse um modelo para o comportamento humano que ninguém conseguiria seguir. Lendo-o de novo, descobri que Jesus pronunciou essas palavras não para nos sobrecarregar, mas para nos dizer como Deus é. O caráter de Deus é a matriz do sermão do monte...

A pior tragédia seria transformar o sermão do monte em outra forma de legalismo; ele deveria, antes, acabar com todo o legalismo. O legalismo, como os fariseus, vai sempre falhar, não porque seja severo demais, mas porque não é suficientemente severo. Trovejando, o sermão do monte prova indiscutivelmente que diante de Deus todos estão no mesmo nível: assassinos e “pavios-curtos”, adúlteros e concupiscente, ladrões e cobiçosos. Todos estamos desesperados, e esse é de fato o único estado apropriado para um ser humano que deseja conhecer a Deus. Tendo-se afastado do ideal absoluto, não temos onde aterrissar, a não ser na segurança da graça absoluta.” (extraído de Yancey, P. O Jesus que eu nunca conheci).